

"Hearing" perante a Subcomissão para Operações Externas da Comissão de Apropriações (Verbas) do Senado dos EUA - Política Ambiental e Indigenista dos Bancos Multilaterais.

autor: Steve Schwartzman

Faz parte do funcionamento regular das comissões parlamentares nos EUA convocar "hearings" - debates ou seminários com finalidade de colher informações, opiniões ou pareceres, como subsídios ou fontes de justificação na tramitação de leis ou aprovação de verbas.

A "hearing" em questão trata de reações internacionais à secção 540 da Resolução Conjunta 465 da Câmara, cuja meta é uma mudança da posição dos diretores norte-americanos dos bancos multilaterais (BIRD, BID, e os demais) com relação às condições dos empréstimos. A resolução consiste num acordo de continuar o nível de financiamento, do ano anterior, para programas pertinentes (no caso, assistência estrangeira), e tem força de lei. O texto da secção 540 é um tipo de comentário da resolução, e também tem força de lei.

A legislação em questão é resultado de uma campanha de lobby articulada por um conjunto informal de organizações de defesa do meio-ambiente dos povos indígenas, a partir de 1982. A resolução foi originalmente encaminhada pela subcomissão para operações externas da comissão da Câmara (comissão de liderança democrática), e foi também apoiado pela subcomissão para operações externas do Senado, (de liderança republicana), ou seja, tem apoio bipartidário. A campanha ambientalista deu entrada da legislação nessas subcomissões específicas por que são essas que têm o controle direto das verbas dos EUA aplicados em bancos multilaterais e isso faz parte da estratégia global da campanha.

O objetivo da campanha é de influenciar a política ambiental e indigenista dos bancos, no sentido de melhorar seus empenhos nessas áreas. Tomando em conta que empréstimos dos bancos multilaterais respondem a uma série de forças - desde fluxos de capitais financeiros internacionais, os quais encontram nos bancos investimentos seguros, até o processo de regularizar terras e recursos naturais, ou permitir a circulação desses nos mercados internacionais e nas áreas ainda não articuladas com o mercado internacional - a campanha visa medidas reformistas, uma vez que, os traços estruturais do financiamento de desenvolvimento são considerados pelos seus organizadores como inatingíveis.

A campanha toma como caminho para exercer pressão nos bancos , em primeiro lugar, o Congresso dos EUA, uma vez que cabe ao Congresso regulamentar a posição dos EUA dentro dos bancos. Os diretores norte-americanos dispõem de uma influência ampla, mas longe de ser total, dentro dos bancos, pois o voto de cada diretor é proporcional ao capital de seu país na instituição. No Banco Mundial, o voto dos EUA corresponde ao 19,3% do total, e no BID esta por volta de 35%. Enquanto os diretores aprovam (ou, teoricamente, podem não aprovar) projetos apresentados nas reuniões da diretoria, eles não fazem intervenção direta no planejamento dos projetos, isso cabendo aos técnicos profissionais. Entretanto, a diretoria tem o poder de aprovar ou não todos os empréstimos e decisões políticas tomadas pelo presidente.

A campanha trata, então, de influenciar a execução de projetos de desenvolvimento concretos através da diretoria, pois os diretores respondem as pressões nacionais, no caso, ao Congresso dos EUA. A iniciativa é menos um esforço popular surgindo de ampla preocupação com meio-ambiente e povos indígenas na população e mais resultado do esforço de alguns advogados que trabalham nos programas internacionais de entidades ambientalistas da sociedade civil. Essas são: National Wildlife Federation (4.500.000 membros, caçadores esportivos), Sierra Club (500.000 membros, conservacionistas), Environmental Defense Fund (30.000 membros, conservacionistas), Environmental Policy Institute (entidade de lobby e pesquisa, que fornece subsídios e encaminha propostas de entidades e redes nacionais); e ainda as entidades indigenistas, como o Anthropology Resource Center e Cultural Survival, os quais fornecem informações sobre a situação de Povos Indígenas.

Essa campanha se dá numa conjuntura que mostra novas características nas política dos EUA para os bancos multilaterais. A mudança que surgiu a partir da primeira administração Regan é a crítica direitista da assistência multilateral. Durante todo o período anterior, a assistência estrangeira teve aceitação geral como um benefício que coube aos EUA providenciar para os países subdesenvolvidos, embora no nível da política interna não houvesse nenhum apoio organizado por grupos de interesse , nem mesmo dos empreiteiros e firmas de consultas que ganham contratos com os Bancos. Aplicações de verbas nos bancos eram justificadas em termos genéricos para propiciar progresso e prosperidade, para fortalecer a infra-estrutura de países em meios de desenvolvimento. Com o crescimento da ala direita do partido republicano, a partir da década de 80, surgem críticas das instituições multilaterais. Argumenta-se que bancos multilate-

rais não compensam a aplicação de verbas dos EUA por que apoiam, por exemplo, empresas estatais em vez de fortalecer o setor privado (mercado livre, bandeira de preferência das direitas); ou ainda, que pelo volume de recursos proporcionados pelos EUA sua influência deveria ser maior do que é. Uma vez que o chefe da Subcomissão para Operações Externas da Comissão de Apropriações (verbas) do Senado é republicano e já disposto a cortar as verbas para bancos multilaterais em termos ideológicos, os depoimentos dos ambientalistas perante essa comissão se tornam interessante para os bancos. Porém, os representantes das entidades ambientalistas tem sempre colocado a ameaça de não apoiar pedidos para verbas ao invés de apoiar cortes. Essa posição agrada o Deptº do Tesouro (de onde vem pedidos para verbas), o que mantém uma posição moderada sobre assistência multilateral e nega as críticas da direita. O Plano Baker (Sec. do Tesouro) inclusive prevê aumentos nos orçamentos dos bancos. Essa conjuntura favorece a iniciativa dos ambientalistas.

Após de mais de dois anos de lobby, com divulgação de informações na imprensa, com depoimentos na série de "hearings" perante várias comissões parlamentares, podemos apontar alguns resultados. Em 1985, o Banco Mundial sustou o empréstimo para o programa Polonoroeste, em função do não cumprimento de itens no convênio de empréstimo relacionado à demarcação das terras indígenas e proteção ao meio-ambiente. No mesmo ano, o BID condicionou o seu empréstimo para o asfaltamento da BR-364, de Porto Velho até Rio Branco (Acre) a preparação de um plano para proteção do meio-ambiente e comunidades indígenas, ainda a ser aprovado. Na ocasião da votação deste empréstimo, o diretor norte-americano do BID se absteve, por achar os efeitos ambientais do projeto a um custo proibitivo, levando a diminuição do empréstimo em US\$14 milhões. Ao mesmo tempo, o acesso as informações e contatos informais abriram-se significativamente nesse processo. Através da Assessoria de Bancos Multilaterais do Deptº do Tesouro, dispomos de meios de colocar questões e indagações sobre projetos específicos e receber respostas. Tem havido uma série de reuniões com o pessoal profissional dos bancos, tratando desde assuntos de política setorial de energia até projetos específicos, como o Polonoroeste.

Possíveis Abordagens para um Parlamentar Brasileiro no "Hearing"

É significativo que a legislação em pauta reconheça que a questão de uso de recursos naturais e proteção ao meio-ambiente nos países tomadores de empréstimos é ligada à questão indígena;

mas é também marcante que são agora órgãos, entidades e pessoas interessados em meio-ambiente internacional começam a se dar conta desta relação. Esse ponto vale também para os bancos, entre os quais somente o Banco Mundial tem uma política indígenista estruturada - e só a partir de 1982 - sendo basicamente uma resposta às críticas antropológicas do Programa Polonoroeste. Este reconhecimento marca pelo menos um pequeno avanço.

Mas é também claro que os grandes problemas ambientais do Brasil serão enfrentados ou não no Brasil. Nesse sentido, a criação de um bloco parlamentar de cem parlamentares comprometidos com a questão indígena é fato de grande importância para ambientalistas norte-americanos e parlamentares interessados. E mais relevante ainda é o fato de que esse bloco parlamentar se empenha na criação do Parque Yanomami, a maior reserva florestal ocupada pela maior etnia, em situação de razoável autonomia cultural, na América Latina. Trata-se de um caso bastante apropriado, por reconhecer que a natureza não está "vazia", como é tido na visão oficial da Amazônia e por reconhecer os direitos permanentes à terra do povo que ali habita. Esta iniciativa para criação do Parque Yanomami sugere que não será pela exigência do Banco Mundial, afinal das contas, que os povos indígenas no Brasil terão uma solução para as desapropriações e injustiças que sofreram, mas pela mobilização da sociedade civil e dos próprios índios.